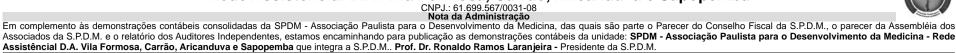
SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistêncial D.A. Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba



Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S. and e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades púnal en experior de contratos de gestão e convênios das unidades púnal en experior de contratos de gestão e convênios das unidades procesor de contratos de gestão e convênios das unidades procesor de contratos de cont o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2015 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas blicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a susobrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus tentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais

serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área serviços aos clientes do SÚS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos servicos de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo São Paulo, 28/02/2016. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais

Comparativo das Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Exercícios encerrados em 31 de De	ezembro - Valore	s em Reais	Exercícios encerrados em 31 de Deze		s em Reais
Ativo	2015	2014	<u></u>	2015	2014
Ativo Circulante	139.353.221,58	47.141.192,78	Fluxos de caixa das atividades operaciona	ais	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.476.546,81	769.234,70	Superávit ou Déficit do exercício	-	-
Bancos conta movimento (nota 4.1)	1.446,46	18.853,93	Variações nos ativos e passivos		
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	3.475.100,35	750.380,77	(Aumento) Redução em contas a receber ((89.492.323,69)	(4.120.437,39)
Clientes	133.142.087,87		(Aumento) Redução em estoques	(1.9879,00)	497,74
Prefeitura do Município	100.142.007,07	40.1704.1700,170	Aumento (Redução) em fornecedores	628.922,00	75.089,46
de São Paulo - Território (nota 4.3)	10 546 525 41	1.686.568,00	Aumento (Redução) em contas		
P.M.S.P Rede Assistêncial D.A. Vila	10.540.525,41	1.000.000,00	a pagar e provisões	91.590.592,80	4.512.731,18
Formosa, Carrão, Aricanduva(nota 4.3)	93.510.673,13	_	Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(89.985,46)	(67.779,69)
Valores em Negociação-Contrato/	93.510.073,13	-	Disponibilidades líquidas geradas pelas	(,	(/
	20 004 000 22	420.676.27,10	(aplicadas nas) atividades operacionais	2.617.326.65	400.101,30
Convênio (nota 4.4) Outros Créditos			Fluxos de caixa das atividades de investir		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
		2.616.675,21	(-) Adição de Bens de Terceiros	89.985.46	67.779,69
Antecipações salariais	3.144,84		Disponibilidades líquidas geradas pelas	00.000,.0	
Antecipação de férias	927.294,88	923.871,84	(aplicadas nas) atividades de investimen	tos 89 985 46	67.779,69
Outros créditos e adiantamentos	1.775.773,21	1.684.835,44	Fluxos de caixa das	1100 00.000,40	07.17.0,00
Depósito judicial	7.486,00	7.486,00	atividades de financiamento		
Despesas Pagas Antecipadamente (not			Empréstimos tomados	2 335 503 85	4.262.411,86
Prêmios de seguros e outros a vencer	1.008,97	1.087,77	(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures		
Estoques (nota 4.5)	19.879,00	-		(2.335.503,65)	(4.202.411,00)
Estoque	19.879,00	-	Aumento (Redução)	0.707.040.44	407.000.00
Ativo Não Circulante	451.311,14	533.810,60	em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.707.312,11	467.880,99
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.486,00	-	No início do período	769.234,70	301.353,71
Depósito Judicial	7.486,00	-	No final do período	3.476.546,81	769.234,70
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	443.825,14	533.810,60	Comparativo das Demonstração		
Bens Móveis (nota 5)	443.825,14	533.810,60	Exercícios encerrados em 31 de Deze		
Bens Móveis	987.174,09	987.045,09	Descrição	2015	2014
Ajuste vida útil - bens terceiros	(543.348,95)	(453.234,49)	1 - Receitas 15	5.503.214,49 1	48.160.691,45
Total do Ativo	139.804.532,72		1.1) Prestação de serviços 12	6.721.505,45 1	21.765.829,68
Passivo	2015	2014	1.2) Outras Receitas		
Passivo Circulante	120.185.973,74		(-) Receitas Anuladas do Execício Anterior	-	738,70
			1.3) Isenção usufruída		,
Fornecedores	4.943,58	26.517,76		8.781.709,04	26 394 123 07
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Juríd		454.026,38	2 - Insumos Adquiridos de		
Salários a pagar	5.085.085,98			4.323.894,22	11 038 765 72
Contribuições a recolher (nota 4.10)	1.412.826,19	1.287.100,38	2.2) Custo das mercadorias	4.020.034,22	11.050.705,72
Provisão de férias (nota 4.7)	8.200.069,64		utilizadas nas prestações	504.732.59	634.928,17
Provisão de FGTS sobre férias (nota 4.7)	656.005,57	635.587,36		,	
Impostos a recolher (nota 4.11)	1.771.313,13			3.819.161,63	
Obrigações Tributárias	206.918,84			1.179.320,27 1	37.121.925,73
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	214.439,24	120.950,83	4 - Retenções	-	-
Previdência Privada	150,00	-	5 - Valor Adicionado Líquido		-
Outras contas a pagar	11.752.598,94	4.222.748,50		1.179.320,27 1	37.121.925,73
Outros valores de terceiros	244.701,61	-	6 - Valor Adicionado Recebido		
Convênios/Contratos públicos a realizar	89.532.398,46	-	em Transferência	220.759,42	127.279,32
Passivo Não Circulante	19.618.558,98	25.316.800,12	6.1) Receitas financeiras	220.759,42	127.279,32
Obrigações - Bens Móveis			7 - Valor Adicionado Total (5+6) 14	1.400.079.69 1	37.249.205.05
de terceiros (nota 5)	987.174,09	987.045,09	8 - Distribuição do Valor Adicionado 14	1.400.079,69 1	37.249.205.05
Ajustes vida útil econômica	,			1.006.886,35 1	
- Bens Móveis de terceiros	(543.348,95)	(453.234,49)	8.2) Impostos, taxas e contribuições	93.277,47	71.817,25
Valor Estimado - Rescisão	(= :=:= :0)00,	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	8.3) Juros	109.558,46	78.912,28
de Contrato (nota 4.9)	19.174 733 84	24.782.989,52		1.408.648.37	1.331.799,44
Total do Passivo	139.804.532,72		8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 2		
Patrimônio Líquido (nota 7)		-		0.701.709,04	20.334.123,07
Total do Passivo	_	_	8.6) Superávit ou Déficit do exercício		
e do Patrimônio Líquido	139.804.532,72	47 675 003 39	pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo D	ecreto nº 8.24	2/14 estabelece
e do Fatililonio Liquido	133.004.332,72	-1.013.003,30	om sou art 20 a incises que a entidade ben		

	201	2014				
Fluxos de caixa das atividades operacio	nais					
Superávit ou Déficit do exercício		-				
Variações nos ativos e passivos						
(Aumento) Redução em contas a receber	(89.492.323,69	9) (4.120.437,39)				
(Aumento) Redução em estoques	(1.9879,00)) 497,74				
Aumento (Redução) em fornecedores	628.922,00	75.089,46				
Aumento (Redução) em contas						
a pagar e provisões	91.590.592,80	4.512.731,18				
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(89.985,46	6) (67.779,69)				
Disponibilidades líquidas geradas pelas	•					
(aplicadas nas) atividades operacionai	s 2.617.326,6	5 400.101,30				
Fluxos de caixa das atividades de inves	timentos					
(-) Adição de Bens de Terceiros	89.985,46	67.779,69				
Disponibilidades líquidas geradas pelas	1					
(aplicadas nas) atividades de investimo	entos 89.985,40	67.779,69				
Fluxos de caixa das						
atividades de financiamento						
Empréstimos tomados	2.335.503,8	4.262.411,86				
(-) Pagamentos de empréstimos/debênture	es (2.335.503,8	5) (4.262.411,86)				
Aumento (Redução)						
em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.707.312,1°					
No início do período	769.234,70					
No final do período	3.476.546,8°					
Comparativo das Demonstração do Valor Adicionado						
Exercícios encerrados em 31 de De		es em Reais				
Descrição	2015	2014				
		148.160.691,45				
	126.721.505,45	121.765.829,68				
1.2) Outras Receitas						
(-) Receitas Anuladas do Execício Anterio	r -	738,70				
1.3) Isenção usufruída						
sobre contribuições	28.781.709,04	26.394.123,07				
2 - Insumos Adquiridos de						
Terceiros (inclui ICMS e IPI)	14.323.894,22	11.038.765,72				
2.2) Custo das mercadorias						
utilizadas nas prestações	504.732,59	634.928,17				
2.3) Serviço de terceiros e outros	13.819.161,63	10.403.837,55				
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	141.179.320,27	137.121.925,73				

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - Valores em Reais 1 - Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras.: A Entidade, SPDM - Associação Paulista Para O Desenvolvimento Da Medicina - Rede Assistêncial D.A. Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºº 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde - Território e a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde celebram o Contrato de Gestão nº 007/2008, tendo como objetivo a operacionalização da Gestão, Apoio à Gestão e execução das atividades e serviços de saúde. Em continuidade as atividades nesta região, em 31/07/2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 014/2015 - Vila Formosa/Carrão/Aricanduva, objetivando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidade de Saúde Assistencial dos Distritos Administrativos Vila Formosa, Carrão e Aricanduva da Supervisão Técnica de Saúde Mooca/ Aricanduva e Distrito Administrativo opemba da Supervisão Técnica de Saúde Vila Prudente/Sapopem em consonância com as Políticas de Saúde do SUS. 2.- Imunidade Tributária: A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150. Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. 2.1 - Requisitos para Imunidade Tributária: Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos; a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembléia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). 2.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção.: A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8 242/2014, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em ei (contrapartida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. 2.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária.: A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada

pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emadias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. nadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite cujo rendimento é revertido integralmente ao Contrato de Gestão em epígrafe. fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Em 4.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de compeoutubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em tência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desem-3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput bolso conforme estabelecido no Contrato de Gestão. O Contrato é reconhenão impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1 º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2015, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007. Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 3.1 - Razão Social SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O templadas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - REDE ASSISTÊNCIAL D.A. VILA conta "Valores Estimados - Rescisão", as obrigações presentes, resultante FORMOSA, CARRÃO, ARICANDUVA E SAPOPEMBA - R. Nelson de

	Comparativo das Demonstrações de		
	Exercícios encerrados em 31 de De		
	Receitas Operacionais com Restrições	2015	2014
	Receita Bruta de Serviços Prestados	400 700 500 50	101 705 000 00
			121.765.829,68
	Contrato de Gestão nº 07/2008 - Território		121.765.829,68
'	Trabalhos Voluntários	9.028,13	-
	PMSP Rede Assistêncial D.A. Vila		
	Formosa, Carrão, Aricanduva	37.672.945,78	-
	(=) Receita Líquida de Serviços		
			121.765.829,68
)	(+) Outras Receitas com Restrições	28.993.440,33	26.522.141,09
	Outras Receitas	-	300,00
	Financeiras	220.759,42	127.279,32
	Descontos Recebidos	-	438,70
	Isenção usufruída		
	- INSS Serviços Próprios (nota 8.1)	24.971.035,74	22.741.148,17
	Isenção usufruída - COFINS (nota 8.3)	3.801.645,17	3.652.974,90
	(=) Receita Líquida Com Restrições	155.723.973,91	148.287.970,77
	(-) Custos dos Serviços Prestados	,	,
		124.229.049,97	121.893.847,70
	(-) Servicos - Pessoal Próprio	109.101.958,41	109.372.553.01
	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	8.868.697,71	10.195.121,05
	(-) Manutenção e Conservação	5.543.789,50	1.540.515,94
	(-) Mercadorias	504.732,59	634.928,17
	(-) Financeiras	107.566,16	
	(-) Tributos	93.277,47	71.817,25
	(-) Trabalhos Voluntários	9.028,13	-
	(=) Superávit/Déficit Bruto	0.020,.0	
	com Restrições	31.494.923,94	26.394.123,07
	(-) Despesas Operacionais		
	com Restrições	2.722.243,03	-
	(-) Serviços - Pessoal Próprio	1.904.927,94	-
	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	815.322,79	
	(-) Financeiras	1.992,30	
	(-) Outras Despesas com Restrições	28.772.680,91	26.394.123,07
	(-) Isenção usufruída		_5.55-1.120,07
	- INSS Serv. Próprios (nota 8.1)	24.971.035,74	22.741.148,17
	(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 8.3)	3.801.645,17	3.652.974,90
	(=) Superávit/Déficit do Exercício	0.001.040,17	0.002.374,30
	com Restrições - PAIS (nota 4.16)	_	_
	oom Rostingoos - i Alo (nota 4.10)		

61.699.567/0031-08. 3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2.013 pela RFB, algumas pessoas foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 4 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações.: Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas característi-

Valores em reais 31/12/2015 31/12/2014 Período Saldos em Bancos 1.446,46 3 475 100 35 Aplicação Financeira de Curto Prazo 750.380.77 3.476.546,81 Caixa e Equivalentes de Caixa 769.234,70

4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações encontram-se aplicadas por força do Contrato de Gestão nº 007/2008 e 014/2015, eu valor integral e caso a vigê parte do Contrato é registrado no grupo Não Circulante. **4.4 - Valores em Negociação - Contrato/Convênio:** Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir outros valores a receber referentes às execuções de seus Convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 4.5 - Estoques: Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)). Valores em Reais

31/12/2015 19.879,00 31/12/2014 Materiais de Almoxarifado 19.879,00

continua 🕨

Total 4.6 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes 4.7 - Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 4.8 - Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. 4.9 - Outras Provisões: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas clausulas contratuais dos Contratos de Gestão nº 007/2008 e 14/2015 e na IAS 37, a O.S. SPDM- Programa de Atenção Integral a Saúde tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Contrato de Gestão quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações conde eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha Oliveira, 47 - Sapopemba - São Paulo - SP - CEP 03976-010 - CNPJ nº de pagamento até a data do Balanço. 4.10 - Contribuições a Recolher:

imprensaoficial



> continuação		
Contribuições a Recolher	2015	2014
INSS	460.998,11	396.864,95
FGTS	817.352,08	782.377,92
PIS	103.783,36	98.393,56
Sindicato a recolher	30.692,64	9.463,95
Total	1.412.826,19	1.287.100,38
4.11 - Impostos a Recolher		
Imposto a Recolher	2015	2014
I.R.	1.771.313,13	1.692.907,88
Total	1.773.328,13	1.694.921,88
4.12 - Estimativas Contábois: A alaboração	dae domonetra	cões contábois

4.12 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.9, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 4.13 - Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável) ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocor rência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de servicos, em 2015, a SPDM - Programa de Atenção Integral a Saúde acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.612.479,33. 4.14 - Contingências Ativas: Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dêem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. 4.15 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 4.16 - Apuração do Resultado: O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/13 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. 5 - Imobilizado: O imobilizado de uso da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde é composto por bens de terceiros os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Contrato de Gestão nº 007/2008 para os quais possuímos documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de incorporação ao Patrimônio Publico. Segundo o inciso II do § 3° do art. 183 da Lei n° 6.404/76, acrescentado pela Lei n° . 11.638/07, e Lei 11.941/09, A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e

Bens de Terceiros		ŕ	Taxa de depreciação
Bens Móveis	31/12/2015-R\$	31/12/2014-R\$	Anual (%)
	987.174,09	987.045,09	
Aparelhos Médicos			
Odontológicos Laboratório	551.011,75	551.011,75	10
Equipamentos de			
Processamento de Dados	145.624,50	145.624,50	20
Mobiliário em geral	209.171,48	209.171,48	10
Máquinas Utensílios			
e Equipamentos Diversos	32.807,00	32.678,00	10
Aparelhos de medição	9.860,00	9.860,00	10
Aparelhos e utensílios	,	,	
domésticos	28631,36	28.631,36	10
Equipamentos	,	,	
de Áudio, Vídeo e Foto	10.068,00	10.068,00	10
Ajuste de vida útil	(543.348,95	(453.234,49))
Total	443.825,14	533.810.60	•

Assistências Governamentais, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 6.1 - Das Receitas Operacionais: Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão nº 007/2008 e 014/2015 representaram em 2015, 100% do total das receitas operacionais. 6.2 - Contratos de Gestão. Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Reso lução CFC 1.305/10).: São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Contrato de Gestão firmado está de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC № 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2015, a Instituição SPDM - Programa de Atenção Integral a Saúde, recebeu a toque de caixa as Assistências Governamentais

descrita conforme abaixo:						
CNPJ nº 61.699.567/0031-08						
Convênios/Contratos	R\$					
Contrato de Gestão 007/2008 - Território	86.697.726,27					
Contrato de Gestão 014/2015						
- V.Formosa/Carrão/Aricanduva	33.694.389,50					
7 Patrimânia O Patrimânia atualmente não apr	conto valoros em virtudo					

Patrimônio: O Patrimônio atualmente não apresenta valores em virtude da aplicação do que estabelecem as resoluções CFC 1409/12 (item11) e 1305/10 (itens 12 e 15 A) que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental, de contribuição para custeio e investimento deve ser em conta espe cífica do passivo, de forma que o resultado será sempre zero. 8 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20 de Agosto de 2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$28.772.680,91. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. 8.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre Folha de Pagamento de Empregados: Conforme descrito no item 11 face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2015, da isenção da

6 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 24.971.035,74. Em 2014, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta especifica de receita, totalizou R\$ 22.741.148,17. 8.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. 8.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2015 foi de R\$3.801.645,17. Tomando--se por base os recursos recebidos em 2014, esse montante foi de R\$ 3.652.974.90. **8.4- Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2015 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2014 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2014 Concepção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2015 correspondeu a R\$ 9.028,13. 9 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12): Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e · Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. 10 -Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 11 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS: A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde Território manteve a gestão dos Contratos de Gestão nº 07/2008 e nº 014/2015 no exercício de 2015 em parceria com a Prefeitura de São Paulo. Os atendimentos alcançaram os números descritos abaixo:

Contrato de Gestão nº 14/2015	Consulta	Consulta outros profissionais de nivel superior	Atendimento individual	Visita domiciliar de ACS	Evamos	Procedimentos de enfermagem		Acolhimento Inicial	Usuários Cadastrados	Famílias Cadastra- das
14/2013	208.541	87.321	7.395	326.468	11.514	164.241	118.298	656	284.570	84.428
Contrato de Gestão nº 07/2008	Consulta Médica	Consulta outros profissionais de nivel superior	Atendimento individual	Visita domiciliar de ACS	Exames	Procedimentos de enfermagem	Procedimentos odontológicos	Acolhimento Inicial	Usuários Cadastrados	Famílias Cadastra- das
	525.664	142.436	7.854	510.247	9.581	205.577	82.032	1.034	242.116	71.643

12 - Relatório de Prestação de Contas: A SPDM - Programa de Atenção Integral a Saúde -Território, elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas dos Contratos de Gestão nº 007/2008 e 014/2015 que man-

Debora Melo Kiyaman

Darlei Alves Freire

Prestação de Contas, foram auditados e revisados por auditores independentes. 13 - Exercício Social: Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se tém com a Prefeitura do Município de São Paulo. Em 2015 os relatórios de em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.

Presidente da S.P.D.M

Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6 Controladoria - CRC -1SP 219.650/O-9 Superintendente - S.P.D.M./PAIS Ata da 24° Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas: Data, Horário e Local: Ao 18º dia do Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Atá da 24° Reuniao do Conseino Administrativo de Gestoes Delegadas: Data, Horario e Locai: Ao 18° dia do Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saude 1 da Vila Mariaha (CSVM), Pronto Socorro Municipal mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4° andar do edifício situado à Rua Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Pronto Socorro Municipal mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4° andar do edifício situado à Rua Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Pronto Socorro Municipal mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4° andar do edifício situado à Rua Vila Maria (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Núcleos de Gestão Assistênciais Várza do Carros Municipal mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4° andar do edifício situado à Rua Vila Maria (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Núcleos de Gestões Desidencia de Sacida Assistênciais Várza do Carros Municipal mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4° andar do edifício situado à Rua Vila Maria (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Pronto Socorro Municipal mês de abril de dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4° andar do edifício situado à Rua Vila Maria (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Núcleos de Gestões Delegadas (PSMVMB), DNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Núcleos de Gestões Delegadas (PSMVMB), Pronto Socorro Municipal mês de abril de Vila Maria (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Núcleos de Gestões Delegadas (PSMVMB), DNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Núcleos de Estada (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Núcleos de Estada (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente Salomão Mansur, Dr. Anderson Viar Ferraresi, Sra. Thais Pinhão e os Srs. Enio Santos e Srs. Enio Santos e Srs. Mateus Ferreira e de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Ricardo Monello - Auditores Associados da Audisa. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2015 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. Ordem do Dia: 1- Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanco Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI),Hospital Municipal Dr. Parecer da Assembléia Geral dos Associados: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada pal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), os Prontos-Socorros nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.015, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Áfonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr.

AME Mar Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI-Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Thatiane Paixão Alves, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. São Paulo, 18/04/2.016. Thatiane Alves - Secretária; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo SPDM. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Munici-Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGA-VC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AMÉ PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de

Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Ou-

tras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assi

cial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAÍS P.A/P.S (P.A/P.S), PAÍS AMAS

Mário Silva Monteiro

Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial -



Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII)-, PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), o PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), o PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA) Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o artigo 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, as Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTARÈIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Ódelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz São Paulo, 11/04/2016. Prof. Dr. Artur Beltram (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg.

Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistêncial da Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2015, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o SP 2SP 024298/O-3. Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O- 3 - CNAI - SP - 1619; auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/ O- 0 - CNAI - SP - 1620

STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente / São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19/04/2.016. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.-Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional Śão José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva é Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS |piranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS |PIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial cial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Familia RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI -Centro de Tecnologia e Inclusão Social Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 11/04/2016. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria: 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistêncial da Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba em 31/12/2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2015, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 31/03/2016. **Audisa Auditores Associados** - CRC/

OCRIM S.A. Produtos Alimentícios

CNPJ Nº 61.065.199/0001-20 - NIRE Nº 35.3.0001151-1

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 05 de Abril de 2016

DEO H. G. M. ASINARI DI SAN MARZANO. Secretário: Pedro de Souza Dias Brandi. Deliberações: A) Aprovados, o Balanço Patrimonial, o Relatório da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/15; B) O prejuízo do exercício no valor de R\$ 8.324.778,20 foi destinado para Reserva de Lucros; C) Foram eleitos para membros da Diretoria os quais tomarão posse à partir de 08/04/2016, e com mandato para vigorar até 31/05/17: Diretor Presidente: Amedeo Hartmann Giuseppe Maria Asinari Di San Marzano, RG nº. 22.282.568-6 e CPF nº. 223.587.938-17; Diretor Industrial: Ruy Cassio Toledo Zanardi, RG nº 10.826.443-9 e CPF nº. 050.198.368-69; Diretor Comercial: Fernando Martin Perez Draghi, RNE nº W520-682-F e CPF nº 183.453.308-27; Diretor Administrativo e Financeiro: Pedro de Souza Dias Brandi, RG nº. 08.602.481-7 e CPF nº. 028.985.367-25; c-1) Os Diretores eleitos se encontram devidamente empossados em seus cargos e declaram neste ato, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exerce atividades mercantis; c-2) Os honorários da Diretoria, para o exercício de 2016, serão de R\$ 3.973.000,00; c-3) Por decisão unânime dos acionistas foi dispensada a convocação do Conselho Fiscal; D) Os acionistas solicitaram que constasse nesta presente ata as informações cadastrais e fiscais do Grupo OCRIM S.A. Produtos Alimentícios em cada unidade da Federação: d-1) Matriz (Sede) - Rua Santo Eurilo, nº 62, Bairro Jaguaré, em SP/SP, CNPJ nº 61.065.199/0001-20, com Inscrição Estadual nº 102.923.960-110, NIRE nº 35.3.0001151-1; d-2) **Filial Jaguaré** Avenida Escola Politécnica, nº 1.262, Bairro Jaguaré, em SP/SP, CNPJ nº 61.065.199/0002-01, com Inscrição Estadual nº 103.137.754-115; d-3) **Filial Nova Odessa** - Rua Dante Gazzetta, nº 109, Bairro Vila Azenha, na cidade de Nova Odessa/SP, CNPJ nº 61.065.199/0003-92, com Inscrição Estadual nº 482.000.704-111; d-4) **Filial** Belém - Avenida Marechal Hermes, s/nº, Bairro Umarizal, na cidade de Belém/PA, CNPJ nº 61.065.199/0004-73, com Inscrição Estadual nº 15.000.401-0; d-5) **Filial Manaus** - Rua Desembargador Felismino Soares, nº 1.000, Bairro Colônia, na cidade de Manaus/AM, CNPJ nº 61.065.199/0006-35, com Inscrições Estaduais nº 06.200.068-3, 06.300.071-7 e 04.102.567-9; d-6) **Filial Fazenda Cupuaçu** - Rodovia AM 70, km 58, Zona Rural, na cidade de Manacapuru/AM, CNPJ nº 61.065.199/0007-16, com Inscrição Estadual nº 04.136.020-6; d-7) **Filial Santarém** - Travessa Antônio Justa, nº 1.122, Bairro Caranazal, na cidade de Santarém/PA, CNPJ nº 61.065.199/0009-88, com Inscrição Estadual nº 15.224.854-4; d-8) **Filial Ananindeua** - Rodovia BR 316, km 07, s/nº, Bairro Levilândia na cidade de Ananindeua/PA, inscrita no CNPJ nº 61.065.199/0010-11, com Inscrição Estadual nº 15.246.640-1 E) Aprovada a reforma e consolidação do Estatuto Social que passa a vigorar a partir desta data, com a seguinte redação: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Filial, Objeto e Duração - Artigo 1º - A OCRIM S.A. Produtos Alimentícios é uma sociedade anônima que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A Sociedade é composto de matriz e filiais conforme permite este Estatuto: Matriz (Sede) - Rua Santo Eurilo, nº 62, Bairro Jaguaré, em SP/SP, CNPJ nº 61.065.199/0001-20, com Inscrição Estadual nº 102.923.960-110, NIRE nº 35.3.0001151-1; **Filial Jaguaré** - Avenida Escola Politécnica, nº 1.262, Bairro Jaguaré. em SP/SP, CNPJ nº 61.065.199/0002-01, com Inscrição Estadual nº 103.137.754-115; **Filial Nova Odessa** - Rua Dante Gazzetta, nº 109. Bairro Vila Azenha, na cidade de Nova Odessa/SP, inscrita no CNPJ nº 61.065.199/0003-92, com Inscrição Estadual nº 482.000.704-111; **Filial Belém** - Avenida Marechal Hermes, s/nº, Bairro Umarizal, na cidade de Belém/PA, CNPJ nº 61.065.199/0004-73, com Inscrição Estadual nº 15.000.401-0; **Filial Manaus** - Rua Desembargador Felismino Soares, nº 1.000, Bairro Colônia, na cidade de Manaus/AM, CNPJ nº 61.065.199/0006-35, com Inscrições Estaduais nº 06.200.068-3, 06.300.071-7 e 04.102.567-9; **Filial Fazenda Cupuaçu** - Rodovia AM 70, km 58, Zona Rural, na cidade de Manacapuru/AM, CNPJ nº 61.065.199/0007-16, com Inscrição Estadual nº 04.136.020-6; **Filial Santarém** - Travessa Antônio Justa, nº 1.122, Bairro Caranazal, na cidade de Santarém/PA, CNPJ nº 61.065.199/0009-88, com Inscrição Estadual nº 15.224.854-4; **Filial Ananindeua** - Rodovia BR 316, km 07, s/nº, Bairro Levilândia, na cidade de Ananindeua/PA, CNPJ nº 61.065.199/0010-11, com Inscrição Estadual nº 15.246.640-1, podendo, por deliberação da sua Diretoria, abrir e encerrar filiais, agências, depósitos e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou do exterior. Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: a) a exploração da Moagem de Trigo e outros cereais, e suas comercializações; b) a industrialização e comercialização de seus produtos e subprodutos; c) a fabricação e comercialização de Rações balanceadas para alimentação animal: d) a fabricação e comercialização no mercado interno e externo, de Farinha. Rações, Biscoitos e Massas Alimentícias; e) a produção e comercialização de produtos agrícolas e pecuários "in natura", beneficiados e/ou industrializados; f) a exploração do comércio de gêneros e produtos alimentícios, aditivos para panificação e confeitaria, utilidades diversas, miudezas e produtos de estiva em geral; g) a atuação como Operadora Portuária, podendo efetuar operações portuárias por conta própria e/ou de terceiros, de carga, descarga e armazenagem de mercadorias, em porto organizado, particular, concedido ou explorado pela União; h) a participação em outras sociedades, desde que estas se revistam na forma de sociedades por ações ou por quotas de responsabilidade limitada; Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Das Ações -** Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 117.000.000,00, inteiramente integralizado, dividido em 91.000 aç de classe única, sem valor nominal, sendo 82.000 ações ordinárias de classe única, sem valor nominal, com direito a voto e 9.000 acões preferenciais de classe única, sem valor nominal, sem direito a voto e com direito de recebimento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, sendo 10% superiores aos juros sobre o capital próprio e/ou dividendos pagos às ações ordinárias. Artigo 6º - As ações da sociedade são nominativas, observadas as disposições da lei vigente. Artigo 7º - As ações são indivisíveis em relação à sociedade e poderão ser representadas por certificados, cautelas ou títulos múltiplos, e conterão para sua validade, os requisitos exigidos por lei e as assinaturas de, no mínimo, dois (2) diretores, sendo sempre obrigatória a assinatura do Diretor Presidente. Artigo 8º - Cada ação dá direito a um (1) voto nas deliberações das assembleias gerais, não se computando os votos em branco. Artigo 9º - Toda e qualquer transferência de ações só poderão ser registradas pela companhia, observadas às regras do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas. Com observância às regras do Acordo de Acionistas, do Artigo 5º do Estatuto Social e Artigo 31 da Lei 6.404/76, o quadro acionário da companhia passa a vigorar com a seguinte composição acionária:

Acionistas	Modalidade das Ações	Número de Ações	% de Participação
MVJA Participações Ltda.	Ordinária	42.500	46,70%
TMFC 2009 Participações Ltda.	Ordinária	39.500	43,41%
XANDRA S.A.	Preferencial	9.000	9,89%
Total:		91.000	100,00%

Capítulo III - Da Administração da Sociedade - Artigo 10º - A sociedade será administrada por uma diretoria constituída de 4 membros residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela assembleia geral, assim designados: 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Industrial, 1 Diretor Comercial, 1 Diretor Administrativo e Financeiro Artigo 11º - A remuneração dos diretores será fixada pela assembleia geral e os seus mandatos serão de 1 ano, podendo ser reeleitos. Artigo 12º - A investidura dos diretores far-se-á pôr termo de posse lavrado no livro de atas de Reuniões da Diretoria. Vencidos os mandatos, os diretores permanecerão em seus respectivos cargos até a investidura de novos diretores eleitos, observados os preceitos legais. Artigo 13º - Em caso de vacância ou de impedimento definitivo, o preenchimento, ou não, de cargos de diretoria, ficará sujeito à deliberação de uma assembleia geral para esse fim convocada, e no entretempo far-se-á a substituição provisória de conformidade com as normas do presente capítulo: Artigo 14º - A diretoria administra a sociedade com os poderes que lhe são conferidos por lei e pelo Estatuto Social, visando assegurar o seu regular funcionamento, podendo para isso,

Data, Horário Local:05/04/2016, 09 hs, na sede. Convocação e Presença:Totalidade. Mesa: Presidente: AME- | praticar todos os atos e operações enquadradas em seu objeto e que atendam os interesses sociais. Sem prejuízo das demais atribuições, compete à diretoria, especialmente: a) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias en geral; depositar dinheiro e valores da sociedade; levantar e transferir depósitos mediante emissão de cheques, recibos, ordens de pagamento e outros documentos; caucionar e descontar efeitos em geral; sacar, aceitar e endossar títulos cambiários em geral pertinentes aos negócios sociais; b) conceder avais e fianças relacionadas exclusivamente com os negócios da sociedade; c) nomear procuradores ad-judicia e ad-negotia, com poderes e prazos delimitados, observando-se o disposto no Artigo 19º deste estatuto; d) contrair empréstimos e obrigações e) convocar assembleia geral, respeitada igual prerrogativa concedida por lei aos acionistas e ao conselho fiscal f) elaborar as contas e demonstrativos dos negócios sociais; g) alienar ou onerar, por qualquer forma, os bens móveis da sociedade, mediante deliberação e aprovação da Diretoria em reunião convocada para esse fim específico; h) praticar todos os atos e operações pertinentes aos negócios sociais que não sejam privativos da assembleia geral, podendo, inclusive, renunciar direitos, transigir, fazer acordos e desistências. Artigo 15º - Compete ao Diretor Presidente: a) presidir as reuniões da diretoria e as mesas das assembleias gerais; b) representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele; c) orientar a ação dos demais diretores, promovendo para isso todas as medidas indispensáveis ou aconselháveis à boa marcha da administração e à defesa dos interesses sociais; d) manter contato com outras empresas concorrentes e entidades de classe, sindicatos, procurando obter informações que se traduzam em benefícios para a empresa, clientes, o mercado e a comunidade em geral; e) estabelecer as diretrizes dos setores: administrativo, financeiro, comercial e industrial da sociedade. Compete ao Diretor Industrial: a) substituir o Diretor Presidente em suas ausências temporárias, em suas funções representa tivas e não operativas; b) gerir o setor industrial da sociedade; c) planejar e coordenar as operações de suprimento da matéria-prima, insumos e embalagens; d) coordenar e supervisionar o controle de qualidade; e) planejar e coordenar a ampliação e a manutenção do parque industrial; f) atuar de acordo com as diretrizes estabelecida pela presidência; Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro: a) gerir o setor administrativo e financeiro da sociedade; b) coordenar os departamentos de Controladoria, Finanças, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Jurídico; c) coordenar e executar a política e a estratégia financeira da empresa em consonância com as normas determinadas pela presidência; Compete ao Diretor Comercial: a) gerir o setor comercial da sociedade; b) Conduzir a elaboração e implementação dos planos estratégicos comerciais; c) Coordenar a executar a política e a estratégia Comercial, Marketing e de Logística, para toda a área comercial; d) identificar oportunidades no mercado, avaliando a viabilidade sobre novos produtos e clientes, visando o retorno positivo para a empresa; e) atuar de acordo com as diretrizes estabelecidas pela presidência. Artigo 16° - A Diretoria reunir-se-á por convocação conjunta de, pelo menos, dois Diretores; sempre que assim o exigir os interesses da administração ou o exame da situação dos negócios sociais. As resoluções ou decisões serão tomadas por maioria de votos, com a presença de pelo menos, 3 dos seus membros, tendo o presidente da mesa, além do seu voto, direito ao voto de desempate, e dos trabalhos realizados lavrar-se-á a competente ata em livro próprio. Artigo 17º - Todos os papéis, documentos e atos que envolvam responsabilidade para a sociedade, inclusive a movimentação de fundos, emissão de cheques, sagues e aceites de títulos de crédito ou bancários e contratos de gualquer natureza, conterão obrigatoriamente para sua validade, as assinaturas conjuntas de 2 Diretores; ou de 2 Gerentes-Procuradores; ou de Gerente-Procurador e 1 Procurador, ou de 1 Diretor com um Gerente-Procurador ou com qualquer um dos Procu radores. Artigo 18º - Os documentos relacionados com alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade deverão conter as assinaturas de 2 Diretores, sendo sempre obrigatória a assinatura do Diretor Presidente. Artigo 19º - A correspondência, papéis e termos relativos às repartições públicas federais, estaduais, municipais, autar quias, estradas de ferro, correios e telégrafos e alfândegas do país, poderão ser assinados por 1 diretor, ou por 1 procurador, isoladamente. Artigo 20º - A Diretoria poderá, por 2 de seus diretores, constituir procuradores com poderes especiais para representá-la em juízo ou fora dele em suas relações com terceiros, observando-se o disposto no Artigo 144 da Lei nº. 6.404/76. - A Diretoria poderá também, por 2 de seus diretores, constituir Gerentes-Procuradores, desde que estes possuam a condição de empregados efetivos, com poderes para administra ção de filiais da sociedade. Artigo 21º - Os diretores não poderão praticar atos de liberalidade em nome da socie dade, ou à custa da mesma. **Capítulo IV - Do Conselho Fiscal -** Artigo 22° - A sociedade terá um conselho fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, acionistas ou não, residentes no país, e as suas atribuições serão as previstas em lei. Artigo 23º - A instalação do conselho fiscal será feita a pedido dos acionistas, na forma da lei, pela assembleia geral que elegerá os seus membros, bem como fixará sua remuneração. **Capítulo V - Do Conselho Consultivo -** Artigo 24º - Os acionistas poderão criar um conselho consultivo formado por 4 membros, sendo 2 conselheiros representantes dos acionistas e 2 conselheiros independen tes a serem escolhidos pelos conselheiros representantes dos acionistas. Capítulo VI - Das Assembléias Gerais - Artigo 25º - A assembleia geral de acionistas realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre os assuntos de sua exclusiva competência, e, extraordinariamente, sempre que assim o exigirem os interesses sociais. Artigo 26º - As assembleias gerais serão convocadas e instaladas na forma deste Estatuto Social e da lei em vigor. Artigo 27º - A assembleia geral será presidida pelo Diretor Presidente e, na sua ausência, por outro diretor indicado pela maioria dos acionistas presen tes. Artigo 28º - As deliberações da assembleia geral serão válidas quando aprovadas pela maioria dos votos dos acionistas presentes, ressalvadas as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Parágrafo Primeiro: As matérias seguintes somente poderão ser aprovadas mediante a concordância expressa de 75% do capital votante: a) aprovar novos projetos ou investimentos cujos valores sejam superiores a 10% do capital social da companhia; b) dispor dos ativos fixos para venda ou operação, cujos valores sejam superiores a 10% do capital da companhia; c) comprar ativos fixos cujos valores sejam superiorés a 10% do capital da companhia; d) aprovar a política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; e) aumento de capital através da emissão de novas acões: f) liquidação, fusão, incorporação, celebração de parcerias (Joint Ventures), e alteração do objetivo da companhia; g) aprovação da estrutura de governança; h) eleição, demissão e remuneração de conselheiros i) alteração dos estatutos. Capítulo VII - Do Exercício Social, Lucros e Sua Distribuição - Artigo 29º - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que se procederá ao levantamento do balanço geral e das demonstrações financeiras, em conformidade com a lei. Artigo 30º - Do lucro líquido apurado na forma da lei, serão deduzidos: a) cinco por cento (5%) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, destinado a garantir integridade do capital social, até atingir vinte por cento (20%) do mesmo; b) a quantia necessária ao pagamento aos acionistas dos juros sobre capital próprio imputáveis ao valor dos dividendos, no percentual mínimo de vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76, desde que a assembleia geral não delibere por unanimidade em contrário, nos termos do Parágrafo 3º do mesmo dispositivo legal; c) o saldo remanescente permanecerá à disposição da assembleia geral, que deliberará quanto a sua destinação". Capítulo VIII - Da Dissolução e Liquidação da Sociedade - Artigo 31º - A sociedade entrará em dissolução nos casos previstos em lei, processando-se a liquidação até a extinção, de acordo com a deliberação da assembleia geral que elegerá o liquidante, observados os preceitos legais. **Capítulo IX - Do Juízo Arbitral -** Artigo 32º - Todas as divergências e questões que possam surgir durante a existência da sociedade ou por ocasião de sua liquidação, entre os sócios ou seus representantes, bem como entre um sócio e os representantes de outros, sobre este estatuto, sua interpretação ou aplicação de quaisquer das suas cláusulas ou disposições, como também, no que concerne às contas, transações, divisão ou outro assunto que de qualquer forma se refira às relações dos sócios com a sociedade, seus assuntos, seus direitos, seus deveres e as obrigações das partes contratantes entre si, serão submetidos à decisão de um tribunal arbitral composto de dois árbitros, nomeados por cada parte na disputa, os quais nomearão um terceiro árbitro, no caso de divergirem entre si, renunciando os sócios, a qualquer litígio judicial a respeito da sociedade. As disposições deste artigo não implicam em mudança de competência de foro em relação a terceiros. Encerramento: Nada mais. Amedeo H.G.M. Asinari Di San Marzano - Presidente Pedro de Souza Dias Brandi - Secretário. Jucesp nº 179.961/16-0 em 27/04/2016. Flávia Regina Britto Gonçalves Secretária Geral

